

FOLHACIÊNCIA

Tel.: 0/xx/11/3224-3726
 E-mail: ciencia@uol.com.br
 Fax: 0/xx/11/3224-2285

Serviço de atendimento ao assinante:
 0/xx/11/3224-3090

PÁGINA A 10 ★ SÃO PAULO, QUARTA-FEIRA, 28 DE AGOSTO DE 2002

RIO+10 ●●●●● FHC e Tony Blair articulam com Banco Mundial regras para evitar desvios nas ajudas ao desenvolvimento

Verba ambiental deve ganhar um 'código'

ELIANE CANTANHÊDE

ENVIADA ESPECIAL A JOHANNESBURGO

O presidente Fernando Henrique Cardoso e o primeiro-ministro britânico Tony Blair articulam a criação de um "código de conduta" para regulamentar as duas pontas do uso de recursos internacionais para projetos de desenvolvimento sustentável: a liberação pelos países ricos e a utilização desses recursos pelos pobres.

FHC e Blair deverão defender a criação do código durante os últimos dias da Rio +10. A idéia é que a elaboração do novo código seja coordenada pelo Banco Mundial, organismo multilateral neutro.

O objetivo é criar mecanismos de transparência (consultoria, acompanhamento e fiscalização) para recursos empenhados em projetos ambientais, evitar o desvio de finalidade e, especialmente, diminuir o risco de corrupção.

"Os países ricos temem, e nós sabemos que com alguma razão, que as verbas para água, saúde e preservação de recursos naturais acabem financiando a produção de armas, por exemplo", disse à Folha Fernando Almeida, presidente executivo do CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável).

FHC chega a Johannesburg no domingo pela manhã e deverá fazer dois discursos. O primeiro, na segunda-feira, será para os chefes de Estado que virão para o encerramento da Rio +10. O segundo, provavelmente na terça, será para ONGs, empresários, área acadêmica e representantes de empresas e organismos estatais. Na contabilidade oficial da conferência, há cerca de 64 mil participantes.

Megadiversidade

É nesse último discurso que FHC pretende falar sobre as relações e as responsabilidades dos países mais ricos e mais pobres para garantir projetos multilaterais, bilaterais, regionais e nacionais de promoção do desenvolvimento sustentável em seu conceito mais amplo: educação, saúde, ambiente, enfim, repartição do bem-estar social.

FHC também articulou com o presidente do México, Vicente Fox, uma reunião dos 15 países com megadiversidade para o início da próxima semana. A maioria deles é da América Latina, mas há também representantes da Ásia e da África — como a própria anfitriã, a África do Sul.

Ontem, o embaixador Gelson Fonseca e o ministro do Itamaraty Everton Vargas comemoravam a "flexibilização" da posição norte-americana em relação a um dos pontos considerados cruciais da Eco-92. Se até a semana passada os EUA queriam rever o conceito da "responsabilidade comum, mas diferenciada", já praticamente admitiram retirar as restrições.

Por esse conceito, os países mais ricos, que são os que mais poluem e mais destruíram sua própria biodiversidade, têm de ter maior responsabilidade e maior ônus na preservação ambiental.

Apesar desse avanço, Fonseca recebeu também ontem uma relação de 12 itens em que ainda não havia acordo para o documento final da conferência. Entre eles estão: comércio e finanças, energia, poluentes químicos, governança e questões sanitárias.

O mais sensível é o que prega a dependência dos projetos de interesse do desenvolvimento sustentável às normas e condicionamentos da OMC (Organização Mundial do Comércio), cuja autoridade é atribuída informalmente aos Estados Unidos e à União Europeia. As ONGs se reuniram para bombardear a proposta, obtiveram um apoio tácito da diplomacia brasileira, e ontem mesmo o texto já estava sendo revisto.

A delegação brasileira, uma das maiores da Rio +10, com cerca de 200 integrantes, se reuniu pela manhã no Sandton Centre. Os empresários presentes à Rio +10, em geral, dizem que estão "vigilantes" para manter o centro do debate na "erradicação da pobreza e na mudança de padrão de produção e consumo, e isso não significa apenas botar bica na favela, mas investir em energia, saúde, saneamento", como disse Almeida, do CEBDS.



Ativistas de esquerda gregos protestam com máscaras de gás e menino sul-africano deixa mensagem em muro durante a Rio +10

Alemanha pode adiar anúncio sobre Proálcool

DA ENVIADA A JOHANNESBURGO

A Alemanha recuou de última hora na decisão de anunciar na próxima semana, durante a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +10), em Johannesburg (África do Sul), a produção de 100 mil carros a álcool no Brasil, com tecnologia brasileira. O Itamaraty e setores técnicos do governo atuam para tentar reverter o recuo e manter a data anteriormente acertada.

O anúncio do projeto Brasil-Alemanha, que vinha sendo saudado pelos dois países pelo caráter ambientalmente saudável, seria feito em grande estilo pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo chanceler alemão Gerhard Schröder em Johannesburg, para aproveitar a Rio +10.

Há duas versões para o adiamento. Uma, mais simplista, é que o governo alemão se irritou com o vazamento do projeto pela imprensa brasileira, na semana passada. Outra, mais sofisticada, é que o projeto ainda não passou por todas as instâncias técnicas

necessárias antes de ser formalizado pública e politicamente.

Por essa segunda versão, o governo alemão achou que seria pouco prudente que FHC e Schröder anunciassem o projeto antes da aprovação formal dos 15 integrantes do comitê executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (ou MDL). O risco seria de que pelo menos um deles questionasse os termos, criando constrangimento para os dois chefes de Estado.

O MDL é um dispositivo previsto no Protocolo de Kyoto para permitir parcerias entre países ricos e pobres no corte de emissões de CO₂, o principal gás do aquecimento global. O comitê para estudar suas regras foi criado em 2001.

As parcerias, como no caso do carro a álcool, prevêm que os países ricos financiem projetos nos países em desenvolvimento e, em contrapartida, tenham direito a uma espécie de desconto em suas cotas de redução dos níveis de carbono (ou seja, CO₂).

O acordo dos carros a álcool é considerado pelo governo como

altamente favorável ao Brasil, sob o ponto de vista econômico, político e de geração de empregos. Teria, por exemplo, o aspecto simbólico de retomada do Proálcool, um dos programas de maior apelo entre ambientalistas de todo o mundo, porque substitui o petróleo, uma fonte de energia não-renovável (ao contrário do álcool).

Até ontem, no início da noite no Brasil (são cinco horas a menos que em Johannesburg), o governo brasileiro tentava negociar que a data e o local já anunciados para a assinatura da parceria fossem mantidos. O governo alemão não estava cedendo.

Quem coordena a negociação técnica do lado brasileiro é Luiz Gylvan Meira Filho, do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). O Itamaraty e o Ministério do Desenvolvimento, porém, participam ativamente das conversas.

Até ontem, caminhavam bem as negociações finais para um acordo na área de energia com o Reino Unido e para manejo de florestas com a Finlândia. Ambos deverão ser assinados ainda du-

rante a Rio +10. Também está confirmada assinatura de convênio com o Banco Mundial para financiamento de US\$ 81 milhões em projetos na Amazônia, US\$ 67 milhões a fundo perdido (não precisam ser pagos).

Posição do ministério

O ministro do Desenvolvimento, Sergio Amaral, disse ontem que o acordo entre a Alemanha e o Brasil será assinado em Johannesburg. Segundo ele, os dois países vão assinar um documento para confirmar a intenção de cooperar utilizando as regras do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, previsto no protocolo de Kyoto. No entanto, segundo Amaral, os detalhes do acordo não serão divulgados porque ainda estão em discussão.

Além disso, para começar a valer, o acordo depende da ratificação do Protocolo de Kyoto e da aprovação do comitê executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, disse o ministro.

Colaborou a Sucursal de Brasília

ARTIGO

Alertas da natureza para Johannesburg

JEFFREY SACHS

ESPECIAL PARA A FOLHA

Os poderes assombrosos da natureza têm se manifestado de modo assustador nos últimos tempos. Enquanto os líderes mundiais se reúnem em Johannesburg para discutir as ameaças ao ambiente global, muitas partes do planeta sofrem sob o efeito de enchentes, secas, colheitas fracassadas, enormes incêndios florestais e até mesmo novas doenças.

A relação entre o homem e a natureza é um tema tão antigo quanto nossa espécie, mas essa relação está mudando de maneiras complexas. O resultado mais importante da cúpula de Johannesburg deve ser o reconhecimento da necessidade de muito mais pesquisas científicas e muito mais cooperação global.

Enchentes e secas são flagelos que ocorrem desde a Antiguidade, mas a frequência, as dimensões e o impacto econômico desses desastres vêm aumentando nos últimos anos. Os pedidos de pagamento de seguros contra desastres naturais alcançaram níveis inusitados nos anos 1990, fato que leva a crer que os custos sociais dos distúrbios ambientais tenham subido.

Choques climáticos como o forte El Niño de 1997-98 exerceram papel importante nos distúrbios econômicos recentes. A Indonésia e o Equador, entre outros países, sofreram crises financeiras em 1997-98 que estavam ligadas, em parte, a crises agrícolas provocadas pelo El Niño severo.

Parte do efeito climático crescente se deve ao próprio peso do

número de seres humanos. Em grande medida como resultado dos avanços tecnológicos dos últimos 200 anos, a população humana se multiplicou por sete desde 1800, passando de cerca de 900 milhões de pessoas naquele ano para mais de 6 bilhões hoje, obrigando a humanidade a viver concentrada em pontos vulneráveis espalhados pelo mundo.

Mais de 2 bilhões dos 6 bilhões de habitantes do planeta vivem numa distância de 100 km do mar e, portanto, são vulneráveis a tempestades oceânicas, enchentes e à elevação dos níveis do mar devido ao aquecimento global. Outras centenas de milhões vivem em habitats frágeis nas encostas íngremes de montanhas ou, então, em áreas semidesérticas, ou ainda em regiões alimentadas por chuvas, onde as colheitas fracassam com regularidade, toda vez que as chuvas deixam de chegar.

Além disso, os seres humanos modificam o ambiente em toda parte, com frequência de modos que deixam as sociedades mais vulneráveis. É especialmente o caso de países pobres. A densidade demográfica crescente na África rural, acompanhada pela intensificação da exploração agrícola, está provocando um empobrecimento maciço do solo. Quando há seca no sul da África, como aconteceu neste ano, dezenas de milhões de famílias camponesas lutam pela simples sobrevivência.

Como a pobreza africana contribui para a disseminação descontrolada da Aids, a combinação de choques climáticos com doenças epidêmicas é devastadora. Milhões de órfãos da Aids no sul da

África vivem com avós velhos ou fracos demais para obter ou produzir alimentos. Devido à chegada do El Niño, é provável que a seca continue até o próximo ano.

O mais notável nas mudanças ambientais é o fato de elas não se limitarem a ambientes locais. Pela primeira vez na história da humanidade, a sociedade humana está solapando o ambiente em escala global, por meio de mudanças climáticas, extinção de espécies e degradação dos ecossistemas.

O aquecimento global provocado pelo homem, causado principalmente pela queima de combustíveis fósseis em países ricos, pode muito bem contribuir para a frequência e a intensidade das principais secas, enchentes e tempestades tropicais. A frequência e a intensidade do ciclo do El Niño nos últimos 25 anos pode também ter sido consequência do aquecimento global. As fortes enchentes ocorridas na China nos últimos anos são em parte, ao que parece, resultado do derretimento excessivo da neve nas montanhas do planalto tibetano, após a elevação das temperaturas.

Esses riscos ambientais crescentes são complexos. Os efeitos de uma mudança ambiental podem ocorrer só depois de muitos anos e podem ser sentidos até do outro lado do mundo. Ou, então, os efeitos podem ser indiretos. Mudanças no uso da terra, por exemplo, podem ampliar a expansão de doenças contagiosas, na medida em que mudam a ocorrência de espécies ou a maneira como interagem animais e humanos.

Os políticos não são hábeis quando se trata de lidar com pro-

blemas dessa natureza, e é por isso que os riscos ambientais continuam a crescer sem mudanças adequadas na política pública. Quando ocorrem catástrofes (como as secas e as enchentes deste ano), os políticos não podem ser responsabilizados por erros cometidos ao longo de décadas.

A Rio +10 pode chamar a atenção do mundo a esses problemas prementes. Mesmo que ela produza poucos resultados específicos, poderá fazer diferença se três exigências forem feitas a seus participantes:

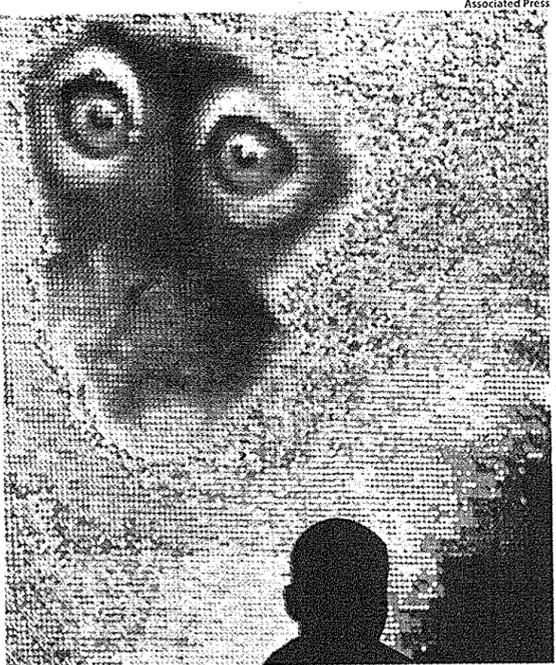
1. Devemos insistir em que os políticos do mundo reconheçam as evidências científicas avassaladoras que apontam para graves perigos ambientais que a humanidade já enfrenta.

2. Devemos pressionar esses líderes a investir mais verbas públicas em pesquisas ambientais básicas e no desenvolvimento de novas tecnologias para fazer frente aos riscos ambientais. Por exemplo, é crucial investir em pesquisas com sistemas de energia alternativa, que sejam capazes de limitar o aquecimento do planeta.

3. Por fim, devemos exigir que nossos líderes concordem com uma maior cooperação ambiental internacional, para evitar que as políticas míopes e negligentes adotadas num país ou noutro terminem por destruir o ecossistema global.

Jeffrey D. Sachs é professor de economia e diretor do Instituto da Terra, na Universidade Columbia (EUA)

Tradução de Clara Allain



CADA MACACO NO SEU GALHO Homem observa um programa sobre vida selvagem em um telão instalado no local onde está acontecendo a Rio +10, em Johannesburg, na África do Sul

+ CURTAS

Névoa asiática

A imensa nuvem de poeira que encobriu boa parte do Sudeste Asiático nas últimas semanas só deverá desaparecer da região em novembro, com a chuva trazida pelas monções, disseram ontem funcionários do governo de Cingapura. O prejuízo causado pelo problema às economias da região já chega a US\$ 9 bilhões.

Apelo

A cientista britânica Jane Goodall, reconhecida por seu trabalho com os grandes macacos na África, pediu na Rio +10 apoio para projetos que criem formas sustentáveis de explorar a floresta tropical da região. Para Goodall, o desmatamento e os caçadores ameaçam a biodiversidade e as tribos de pigmeus da área.